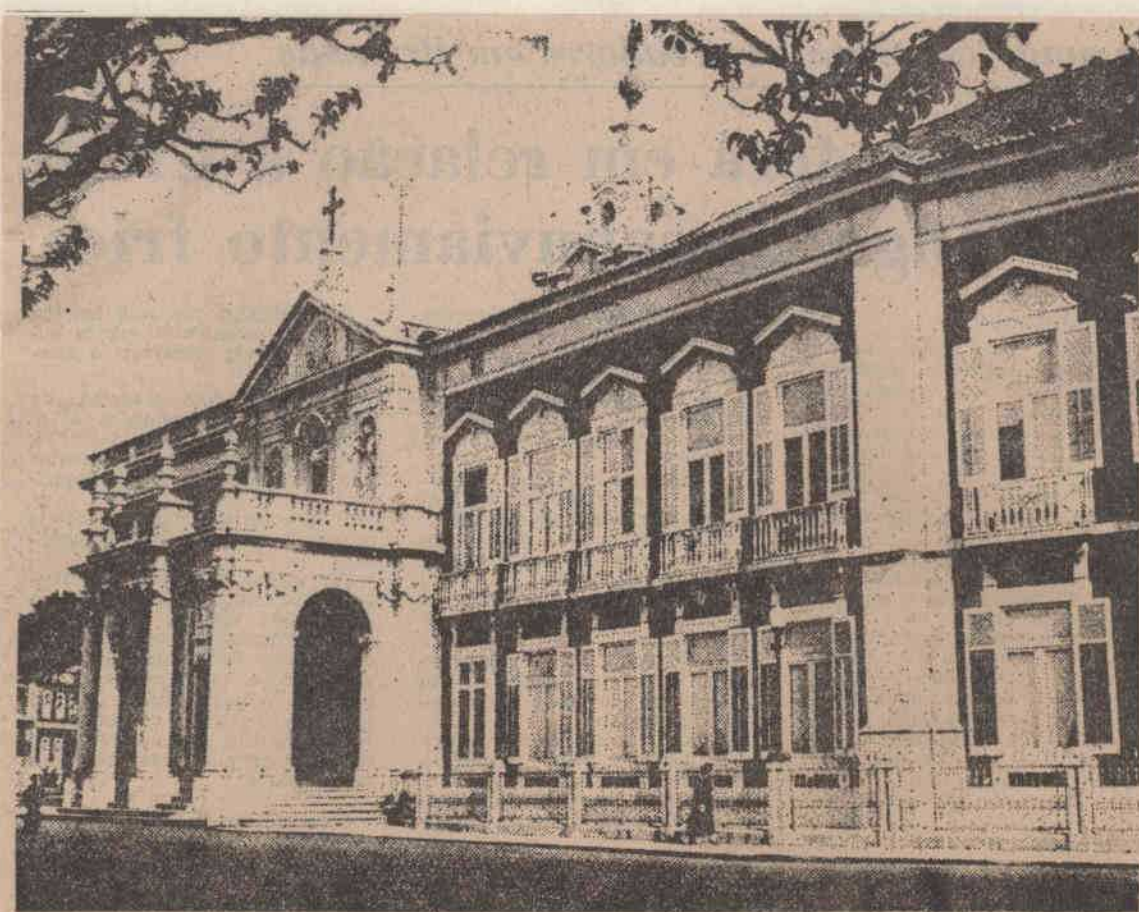




DIÁRIO DE NOTÍCIAS	18. JAN. 1980	COMÉRCIO DO PORTO
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA
DIA		CAPITAL
DIÁRIO		TARDE
A TRIBUNA		
PRIMEIRO DE JANEIRO		
JORNAL DE NOTÍCIAS		



Embaixadores políticos

Raul Rego

Uma embaixada de um país noutro país é sempre um cargo político. Dirigir uma embaixada ou dirigir um ministério é exercer igualmente um cargo político: mas quando se fala em embaixadores políticos referimo-nos àqueles que fizeram parte da sua vida pública em funções alheias à diplomacia e, em dado momento, foram encarregados da representação do Estado português em país estrangeiro. O facto não é em si diferente daquele cidadão que realizou parte da sua vida em empresas particulares, na indústria, no comércio, na advocacia, no jornalismo, e de um momento para o outro entra na função pública, seja como governador civil, seja como director-geral ou como ministro.

O diplomata é, em geral um homem de carreira, que fez o seu concurso para secretário ou adido de legação, e depois foi subindo os degraus até o topo da hierarquia. É a mesmíssima coisa que se passa com os funcionários do Ministério da Justiça, com o Ministério da Educação, com todos os sectores da administração pública. O jovem formado em Direito que faz concurso para delegado e é colocado na ilha do Pico pode ir sendo promovido e chegará ao Supremo Tribunal de Justiça ou a Procurador Geral da Justiça. Muitos magistrados vão também a ministros da Justiça ou de outras pastas; como muitos diplomatas vão igualmente a ministros dos Negócios Estrangeiros ou de outros ramos da Administração.

No Ministério dos Estrangeiros, há elementos de fora que entram para a representação de Portugal em Paris ou em Londres, noutro posto qualquer, sem terem passado por todos os escalões. Tal como no Ministério da Justiça há directores-gerais que não fizeram a tarimba e entram por conveniência de serviço; tal como no Ministério da Administração Interna há quase todos os governadores civis que vêm de outro funcionalismo ou até sem nunca terem sido funcionários há ainda directores-gerais, chefes de serviço. O mesmo se pode dizer do Ministério da Educação, de outros ministérios, até do defuncto Ministério das Colónias para o qual se entrava, como em todos, por concurso que ia de administrador do posto, no interior da colónia, até governador de província e governador-geral ou ministro; mas poucos eram os governadores gerais ou ministros que não vinham de fora.

Parece-nos, por isso, que quando os diplomatas de carreira se queixam de o seu ministério ser invadido, buscam ter um estatuto especial em face de todos os outros ramos da administração pública. Não pode haver sectores da vida nacional estancados porque as capacidades do homem que se desenvolvem nesta actividade podem muito bem, em determinada ocasião, mostrarem-se úteis naquele outro sector. A estreiteza de vistas leva-nos quase sempre a encarar uma função, só sob um aspecto; mas em quase toda a administração portuguesa os aspectos são muito variados para que possamos reservar a competência só para estes ou para aqueles. «Mutatis mutandis», ou forçando talvez a nota, esta sectorização era expressa de forma estúpida até pelo director de um semanário, órgão de uma diocese, ao afirmar pura e simplesmente que, dados os problemas de construção e outros que as camaras municí-

pais têm, não se compreendia que o presidente da camara não fosse um engenheiro. Assim mesmo. E não terá também problemas escolares; e não terá problemas de contactos sociais; e não terá problemas políticos; e de saúde; e de direito?

Mas voltemos aos embaixadores políticos. Eles existiram sempre e se nos ativermos à história portuguesa do Liberalismo em diante, talvez seja neste preciso momento que existem em menor numero e que deveriam ser mais numerosos (o que também são poucos). Muito poucos e alguns foram já postos à margem, depois de terem realizado obra notável, como foi o caso de Coimbra Martins. Mas têm existido sempre. Em todo o século XIX, a diplomacia se foi enchendo de homens públicos, desde Saldanha a Costa Cabral, a Emídio Navarro. E caso curioso. É que, quando se tratou de negociações de especial delicadeza, se escolheu quase sempre para as conduzir um político ou um técnico alheio à diplomacia. Porquê? Nesta mesma hora em que o Governo de Sá Carneiro já deu o lamiré contra os embaixadores políticos (naturalmente os embaixadores políticos não filiados nos partidos do Governo), começa por nomear um embaixador político para tratar das questões do petróleo! Não será Pires Miranda tão político como Maria de Lurdes Pintasilgo ou Manuel João da Palma Carlos?

De embaixadores políticos encheu a ditadura o Ministério dos Negócios Estrangeiros e nunca os homens de carreira recalcitraram então. O recalcitrar podia trazer consequências. Como houve também embaixadores de carreira bem distintos alguns, por sinal, que foram simplesmente postos na prateleira, também sem protestos dos seus camaradas. Lembremos apenas o caso de Veiga Simões, Manuel Belo, e de Pedroso de Lima. Mas quanto a embaixadores alheios à carreira e que nela entram e alguns nela se firmaram: general Garcia Rosado, Henrique Trindade Coelho, Armando da Gama Ochoa, Rui Ulrich, Armando Monteiro, Duque de Palmela, José Nosolini, Nobre Guedes, Carneiro Pacheco, Martinho Nobre de Melo, António Ferro, general Abranchedes Pinto, José Hermano Saraiva, Pedro Teotónio Pereira, general Venancio Deslandes, tantos mais.

O caso da escolha de funcionários estranhos às carreiras respectivas, diplomacia, justiça, administração interna ou outras, torna-se particularmente imperioso, na altura em que uma mudança de regime, como foi a do 5 de Outubro, como foi a do 25 de Abril. Há funcionários que se identificam com um regime político, mais do que com os interesses do país; há outros que foram postos à margem porque as suas ideias políticas não conviham ao regime de posto; outros ainda nem foram admitidos no professorado ou na diplomacia ou na magistratura porque eram conhecidas as suas ideias políticas. Vai o novo regime sacrificar a sua ideologia aos interesses de funcionários, alguns dos quais atentaram mais na política de momento do que nos interesses perenes do país? Vai também o novo regime continuar a marginalizar aqueles que foram postos de lado por serem adversários do regime anterior? Como não se pode admitir que um Rodrigues Lapa ou um Vitorino Magalhães Godinho não fossem reintegrados, também se não pode que continuem na prateleira os diplo-

matas que por serem democratas foram preferidos. Outros nem foram admitidos e muitos, por serem democratas, nem se apresentaram a concurso. Os beneficiários continuam a ser beneficiários sobre os perseguidos.

A Republica não fez retaliações. Alguns diplomatas que tinham servido a monarquia recusaram-se a continuar ao serviço da Republica. Foram lógicos e correctos consigo mesmos e com o regime que não apoiavam. Mas a representação do país republicano, em países como os de Madrid, Londres, Roma, Paris, Rio de Janeiro, Berlim, Berna, Bruxelas, foram confiadas a personalidades bem conhecidas e algumas das quais fariam da diplomacia a sua profissão e muito a honraram: José Relvas, Augusto de Vasconcelos, Teixeira Gomes, Eusébio Leão, João Chagas, António Luís Gomes, depois Bernardino Machado e depois Duarte Leite, Sidónio Pais, Guerra Junqueiro e Alves da Veiga.

O 25 de Abril quase não tocou na diplomacia. E foi um dos seus grandes males. Como não tocou noutros sectores do funcionalismo. Consentiu inclusivamente que ao serviço continuassem elementos profundamente comprometidos com o pior do regime anterior, alguns até publicamente comprometidos com a PIDE. Passou-se uma esponja sobre tudo isso e a superfície vêem agora algumas das consequências de tamanha generosidade ou parvoíce. Não construíram os governos provisórios e os constitucionais o verdadeiro corpo de representantes da mentalidade democrática portuguesa. E foi pena. Homens como Mário Neves, em Moscovo, como Coimbra Martins, em Paris, disseram-nos bem claramente que quando se tem mérito e se é portador de uma mensagem, de uma cultura e de carácter, se pode ser um digno representante do seu país junto de outra sociedade, ainda que diferente da nossa. Não citamos outros exemplos como o de Ramos da Costa, como o mais recente de Maria de Lurdes Pintasilgo; mas poderíamos referir o do social-democrata Hernani Lopes, nomeado pelo socialista Mário Soares; e já mais recente o de Henrique Granadeiro. A renovação foi muito pequena, menor do que o foi na passagem da monarquia para a Republica, quando a transição da sociedade portuguesa foi muito mais violenta no 25 de Abril do que no 5 de Outubro. Daí a ressaca, as depurações já feitas ou que se preparam para fazer e voltar ao espírito antigo. Porquê? Porque a Revolução se não afirmou na representatividade portuguesa no estrangeiro, como se não afirmou na administração pública ou no professorado, e aí os temos os defensores do que estava antes a sanear embaixadores democratas e homens públicos a tomar posse dos cargos, atacando a Constituição e dizendo claramente: «Acabou neste sector a via para o socialismo». Como quem passa já certidão de óbito à Constituição que tem obrigação de defender porque é a nossa e que põe «a via para o socialismo».

Embaixadores políticos sempre existiram e alguns fizeram honra à carreira diplomática que passou a ser a profissão deles. O que se pretende não é acabar com os embaixadores políticos, é sim acabar com os autênticos representantes da mentalidade do 25 de Abril na diplomacia. Só nos falta saber quando começará para muitos democratas o tempo da clandestinidade.